MPF Ministério Público Federal | Procuradoria da República no Distrito Federal

1º PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE 2016

DIREITO – TIPO 1

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL

Você está recebendo as **PROVAS OBJETIVA E SUBJETIVA,** compostas por **trinta** questões objetivas e **duas** questões dissertativas.

1. Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A duração da prova é de **TRÊS HORAS E TRINTA MINUTOS**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição da prova subjetiva.
3. Cada questão contém os itens de “a” até “e” para resposta e o candidato deverá marcar o que entender tratar-se da resposta correta. Há apenas uma resposta correta para cada questão objetiva.
4. O candidato só poderá sair das dependências do local de aplicação das provas após decorrido **1 (uma) hora do seu início.** Somente será autorizado o candidato levar consigo o caderno de provas 01 (uma) hora antes de seu término.
5. Use caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, borracha ou de canetas em desconformidade com as especificações acima.
6. Não será permitida consulta a qualquer material, bem como o uso de celulares e outros aparelhos eletrônicos, os quais serão acondicionados nos sacos plásticos fornecidos pelos fiscais de mesa, lacrados e colocados em local apropriado.
7. A constatação de consulta ou uso de qualquer equipamento eletrônico durante a aplicação da prova implicará a anulação das provas do candidato e sua eliminação do certame.
8. O gabarito oficial preliminar será divulgado pelo site da PR/DF (http://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco) no dia 06/09/2015, após às 18h00.
9. O prazo para interposição de recurso é de 02 (dois) dias úteis, após a respectiva divulgação de gabarito e dos resultados no sítio da PR/DF na internet (http://www.mpf.mp.br/df/estagie-conosco), devendo ser protocolado no Edifício Sede da Procuradoria da República no Distrito Federal, situado na Avenida L2-Sul Q. 603/604, Lote-23, no Setor de Gestão Documental- SGD das 09h às 18h.

Brasília, 02 de setembro de 2016.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Assinale a alternativa ERRADA:

Aos juízes federais compete processar e julgar:

a) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

b) as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

c) as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

d) os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral.

e) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

2. Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar nº 75/93, assinale a alternativa ERRADA:

a) são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

b) o Ministério Público Federal exercerá as suas funções nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais, para defesa de direitos e interesses dos índios e das populações indígenas, do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional.

c) é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia.

d) cabe ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

e) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.

3. Assinale a alternativa ERRADA:

De acordo com decisões do Supremo Tribunal Federal:

a) O sigilo de informações necessárias para a preservação da intimidade não pode ser relativizado quando se está diante do interesse da sociedade de se conhecer o destino dos recursos públicos. Assim, mesmo operações financeiras que envolvam recursos públicos estão abrangidas pelo sigilo bancário a que alude a Lei Complementar nº 105/2001. Em tais situações, não pode o Tribunal de Contas da União ter acesso a informações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social relacionadas a operações financiadas com recursos públicos.

b) É constitucional a regra que veda, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a internação em acomodações superiores, bem como o atendimento diferenciado por médico do próprio SUS, ou por médico conveniado, mediante o pagamento da diferença dos valores correspondentes.

c) É inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes ou de familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes.

d) É lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da CF, não sendo oponível à decisão o argumento da

reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes.

e) É lícita a prova consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem conhecimento do outro.

4. Assinale a alternativa ERRADA:

a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República, nas infrações penais comuns.

b) Os juízes federais e os membros do Ministério Público da União, nos crimes comuns e de responsabilidade, devem ser processados e julgados pelos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

c) Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente são processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

e) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

5. Assinale a alternativa CORRETA, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

a) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. O sistema único de saúde será financiado com recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apenas.

b) O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Deve proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

c) Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, com exceção das formas de expressão e dos modos de criar, fazer e viver.

d) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo e a omissão do Poder Público em oferecer ensino obrigatório importa responsabilidade da autoridade competente. Além disso, o ensino é livre à iniciativa privada, sem necessidade de autorização pelo Poder Público.

e) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, porém, não pode controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas**,** métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

e)nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6. Daniel foi aprovado em determinado concurso público. Seu ato de provimento foi publicado, mas ele deixou transcorrer o prazo legal para a posse sem entrar no exercício do cargo. Analisando a situação à luz da Lei n.º 8.112/1990, assinale a alternativa CORRETA:

a) Daniel será exonerado.

b) o prazo para posse será prorrogado por mais 30 dias.

c) o ato de provimento será tornado sem efeito.

d) o servidor será demitido.

e) nenhuma das alternativas anteriores.

7. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Uma das características do poder de polícia administrativa é a autoexecutoriedade, entendida como sendo a prerrogativa de que dispõe a administração para praticar atos e colocá-los em imediata execução, desde que com expressa autorização judicial.

b) Ao final do inquérito civil público, várias possibilidades se abrem ao seu condutor: a realização de termo de ajustamento de conduta, o ajuizamento de ação civil pública, a expedição de recomendação ou mesmo o arquivamento.

c) A descentralização administrativa pressupõe a existência de apenas uma pessoa jurídica.

d) Concorrência, tomada de preço, convite, concurso e leilão são tipos de licitação.

e) todas as alternativas estão corretas.

8. Assinale a alternativa CORRETA:

a) No contrato de concessão de serviço público, o concessionário não tem direito ao equilíbrio econômico e financeiro e à inalterabilidade do objeto.

b) Decorrem do princípio da indisponibilidade do interesse público a necessidade de realizar concurso público para admissão de pessoal permanente e as restrições impostas à alienação de bens públicos.

c) Decorrem do princípio da legalidade a necessidade de realizar concurso público para admissão de pessoal permanente e as restrições impostas à alienação de bens públicos.

d) No processo administrativo disciplinar, o relatório da comissão processante é peça obrigatória, sob pena de nulidade.

e) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica e podem integrar tanto a estrutura da administração direta como a da administração indireta.

9. Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A Lei de Improbidade Administrativa alcança os atos praticados por qualquer agente público, seja ele servidor ou não.

b) O dever de ressarcir o erário em função de condenação de agente público por ato de improbidade administrativa é imprescritível.

c) É ato ímprobo retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, o qual viola os princípios da administração pública

d) O simples atraso na entrega das contas públicas não configura ato de improbidade que atente contra os princípios da administração pública, desde que fique demonstrada a ausência de intenção manifesta.

e) Somente as ações dolosas podem configurar ato de improbidade administrativa.

10. Marque a alternativa CORRETA:

a) Será dispensável a licitação caso haja inviabilidade de competição.

b) A prestação de serviços públicos sob regime de concessão ou de permissão dispensa licitação.

c) A recondução é a forma de provimento derivado caracterizada pelo retorno do servidor estável ao cargo que antes ocupava.

d) São atributos dos atos administrativos: a imperatividade, a auto-executoriedade e a presunção de legitimidade ou veracidade.

e) A autarquia é o serviço autônomo criado por decreto, sem personalidade jurídica, patrimônio e ou receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública.

DIREITO CIVIL

11. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A personalidade civil começa com a concepção, visto que a lei põe a salvo os direitos do nascituro.

b) Os direitos de personalidade só podem sofrer limitação voluntária do seu exercício, sendo em regra intransmissíveis e irrenunciáveis.

c) Os atos de disposição do próprio corpo somente são válidos com aprovação médica.

d) O uso de pseudônimos não gera direitos análogos aos de proteção ao nome.

e) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos..

12. Assinale a alternativa CORRETA:

a) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

b) Cabe ao poder público negar às instituições religiosas reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento, nos casos previstos no Código Civil.

c) A personalidade própria das pessoas jurídicas impede que os bens particulares dos administradores ou sócios respondam por obrigações da empresa mesmo em casos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

d) Na regência do Código Civil, a empresa é uma espécie do gênero associação.

e) É vedada a constituição de fundações para assistência social.

13. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Ficou extinto o conceito de domicílio necessário, visto que se admite que a pessoa natural pode ter várias residências, e qualquer uma poderá ser tida como domicílio, na forma do art. 71 do Código Civil.

b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

c) O silêncio não importa anuência no negócio jurídico, mesmo quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem.

d) Os bens públicos podem ser regularmente usucapidos.

e) Qualquer forma de coação vicia a declaração de vontade.

14. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Mesmo os atos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido podem ser tidos como ilícitos.

b) Não há hipóteses de legitimidade do Ministério Público para se alegar a nulidade de negócios jurídicos privados.

c) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la são personalíssimos, não se transmitindo com a herança.

d) O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

e) O dono do animal não pode ser responsabilizado pelo dano por este causado.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual somente se extingue pela reparação.

b) A prescrição contra incapazes corre somente após a notificação do seu responsável.

c) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

d) São negociáveis os prazos prescricionais.

e) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei, salvo quando comprovada a renúncia voluntária.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16. Assinale a alternativa CORRETA:
a) Apenas pelo princípio constitucional da duração razoável do processo o juiz está autorizado a flexibilizar os prazos e deveres processuais da parte.

b) O Princípio do Juiz Natural obsta a constituição de órgãos julgadores para o julgamento de casos específicos.

c) As partes podem optar pelo julgamento mais célere no juizado especial em quaiquer casos.

d) A intimidade do cidadão veda a divulgação pública dos atos de processos comuns, como os de cobrança.

e) O princípio do contraditório obsta que o juiz tome quaisquer decisões sem consultar todas as partes.

17. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Tradicionalmente o conceito de competência está relacionado a ser a medida da jurisdição.

b) A conexão é fenômeno processual que ocorre quando entre duas ou mais demandas houver a identidade de partes, causa de pedir e pedido.

c) Não há qualquer óbice legal para que a ação acessória seja proposta em juízo diverso da ação principal.

d) O meio processual adequado para se arguir a incompetência absoluta é a exceção.

e) Há conflito de competência quando duas ações conexas são propostas em juízos diversos.

18. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Os pronunciamentos do juiz consistirão em sentenças, decisões interlocutórias, despachos e recursos.

b) O juiz deverá redigir pessoalmente todos os seus atos, sob pena de nulidade.

c) Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais.

d) Incumbe as partes verificar se o serventuário excedeu, sem motivo legítimo, os prazos estabelecidos em lei, e ao Juiz, após necessária comunicação do atraso, a instauração de processo administrativo.

e) As férias forenses suspendem o andamento de todos os processos.

19.Assinale a alternativa CORRETA:

a) É caso de extinção imediata do processo a comunicação de morte de qualquer das partes ao juiz.

b) Indeferida a petição inicial, só resta ao autor a propositura de nova ação, corrigidos os erros apontados na sentença.

c) Para fins de estratégia processual, a lei faculta ao réu deixar de alegar em contestação certas matérias de fato ou de direito, que serão arguídas após a instrução.

d) Ao juiz é vedado conhecer da incapacidade da parte de ofício.

e) Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

20. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção necessária do Ministério Público.

b) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta deverá ser requerida pela parte que lhe deu causa.

c) A alegação de nulidade dos atos processuais não preclui.

d) Intervindo no processo como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer.

e) O órgão do Ministério Público não poderá ser responsabilizado por seus atos no processo.

DIREITO PENAL

21. Assinale a alternativa CORRETA:

a) quando o falso se exaure no estelionato será sempre por ele absorvido.

b) a utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de moeda falsa.

c) em nenhuma hipótese será considerado crime a atribuição de falsa identidade perante autoridade policial.

d) quando no crime de estelionato a vítima for o INSS incide a qualificadora do §3º do art. 171 do Código Penal.

e) o crime de extorsão só se considera consumado com a obtenção de vantagem indevida pelo agente.

22. Assinale a única alternativa que não se refere a crime praticado por funcionário público contra a administração em geral:

a) condescendência criminosa.
b) corrupção passiva.
c) extravio de livro ou documento.
d) peculato.
e) usurpação de função pública.

23. O funcionário público que exige vantagem indevida, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, em razão da função pública a ele relacionada, pratica o crime de:

a) concussão.
b) prevaricação.
c) corrupção passiva.
d) tráfico de influência.
e) peculato.

24. A respeito do princípio da insignificância pode-se afirmar que:

a) a jurisprudência majoritária dos tribunais superiores admite a sua aplicabilidade aos crimes de moeda falsa.

b) segundo a jurisprudência majoritária no âmbito do Supremo Tribunal Federal o princípio da insignificância não reclama para a sua incidência a presença de reduzido grau de reprovabilidade do comportamento, mínima ofensividade da conduta, ausência de periculosidade social e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

c) deve-se considerar o arrependimento do agente para fins de incidência do princípio da insignificância segundo parâmetros da jurisprudência pátria majoritária.

d) o Supremo Tribunal Federal já admitiu a incidência do princípio da insignificância em caso de crime de lesão corporal leve decorrente de acidente de trânsito.

e) a incidência do princípio da insignificância afasta a tipicidade formal da conduta.

25. De acordo com o Código Penal considera-se praticado o crime:

a) no momento da ação ou omissão.
b) no momento em que se produziu o resultado.
c) no momento da ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como no momento onde se produziu o resultado.
d) no momento em que deveria produzir-se a ação.
e) nenhuma das alternativas anteriores.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Segundo entendimento consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça compete à Justiça Federal processar e julgar:

a) o crime de uso de documento público falso em todos os casos em que apresentado perante órgão público federal.

b) o crime de uso de documento público falso quando apresentado perante órgão público federal, ressalvados certos casos.

c) o crime de uso de documento público falso apenas quando apresentado perante órgão público federal e expedido por órgão público federal.

d) o crime de uso de documento público falso em todos os casos em que expedido por órgão público federal.

e) o crime de uso de documento público falso apresentado perante órgão público distrital a depender da qualificação do órgão expedidor do documento.

27. A respeito da investigação criminal é correto afirmar:

a) que cabe à autoridade policial decretar a prisão preventiva que ocorrer durante a sua realização.
b) que mesmo quando o Ministério Público possua provas suficientes para o oferecimento da denúncia é inafastável a instauração de inquérito policial.

c) que a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.

d) que a autoridade policial poderá arquivar o inquérito policial quando entender ausentes indícios mínimos da autoria e materialidade delitivas.

e) nenhuma das alternativas anteriores.

28. Serão sempre públicas incondicionadas as ações penais pelos crimes de:

a) sonegação fiscal e moeda falsa.
b) contrabando e injúria.
c) falsidade ideológica e calúnia.
d) injúria e contrabando.
e) injúria e racismo.

29. Assinale a opção que não configura medida cautelar prevista no Código de Processo Penal em vigor:

a) internação provisória do acusado.
b) prisão preventiva.
c) fiança.
d) restituição de coisa apreendida.
e) comparecimento periódico em juízo.

30. De acordo com o Código de Processo Penal, no que se refere à prova, assinale a alternativa correta:

a) a confissão é sempre irretratável.
b) o juiz deverá formar a sua convicção exclusivamente com base nas provas produzidas em contraditório judicial.
c) a testemunha não poderá consultar apontamentos.
d) o exame de corpo de delito só poderá ser realizado por perito oficial.
e) nenhuma das alternativas anteriores.

PROVA SUBJETIVA

Questão 1) Dispõe o art. 23 da Constituição do Estado do Rio de janeiro que "*Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigido apenas prévio aviso à autoridade."* Esse artigo reproduz o teor do artigo 5º, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

A recente lei estadual nº 6.528, de 11 de setembro de 2013, entretanto, que regulamenta o citado artigo 23 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, dispôs, em seu artigo 2º, que "*É especialmente proibido o uso de máscara ou qualquer outra forma de ocultar o rosto do cidadão com o propósito de impedir-lhe a identificação.*"

Responda fundamentadamente, com relação ao disposto no artigo 23 da lei estadual:

a) É correto o ajuizamento de ação pertinente à constitucionalidade ou inconstitucionalidade desse dispositivo diretamente no Supremo Tribunal Federal, ou essa controvérsia deve ser submetida ao Tribunal de Justiça daquela unidade federativa?

b) Manifeste sua opinião sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade desse dispositivo da lei estadual, utilizando como fundamentos os princípios e direitos previstos na Constituição da República

Questão 2) Discorra sobre a suspensão condicional do processo (art.89 da Lei nº 9.099/95), incluindo os seguintes aspectos: natureza, requisitos para o oferecimento, condições a serem cumpridas, prazo, influência sobre o prazo prescricional e revogação

RASCUNHO- QUESTÃO 1

RASCUNHO – QUESTÃO 2

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1
5
10
15
20